



INFORMATIVO GIAC 197, de 15 de julho de 2021

Aos membros do Ministério Público brasileiro

Considerando as informações acerca das ações de enfrentamento da Covid-19 e os questionamentos recebidos pelo gabinete, o Giac tem a informar o que se segue:

Acompanhamento e informações relativas à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia

Audiências realizadas pela Comissão no Senado Federal, bem como a pauta prevista para os próximos dias:

- [4/5/2021- Oitiva do ex-Ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta](#)
- [5/5/2021 – Oitiva do ex-Ministro da Saúde Nelson Teich](#)
- [6/5/2021- Oitiva do Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga](#)
- [11/5/2021- Oitiva do Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária \(Anvisa\), Antonio Barra Torres](#)
- [12/5/2021 – Oitiva do ex-Secretário Especial de Comunicação Social da Presidência Fábio Wajngarten](#)
- [13/5/2021 – Oitiva do Gerente Geral da Pfizer na América Latina, Carlos Murillo](#)
- [18/5/2021 – Oitiva do ex-Ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo](#)
- [20/5/2021 – Oitiva do ex-Ministro da Saúde General Eduardo Pazuello](#)
- [25/5/2021 – Oitiva da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Mayra Pinheiro](#)
- [26/5/2021 - Audiência deliberativa](#)
- [27/5/2021 – Oitiva do Diretor do Instituto Butantan, Dimas Tadeu Covas](#)
- [1/6/2021 - Oitiva da médica oncologista e imunologista Nise Hitomi Yamaguchi](#)
- [2/6/2021 – Oitiva da Ex-Secretária de Enfrentamento à Covid do Ministério da Saúde, Luana Araújo](#)
- [8/6/2021 - Oitiva do Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga](#)
- [9/6/2021 – Oitiva do Coronel Antônio Elcio Franco Filho](#)
- [10/6/2021 – Oitiva do Governador do Estado do Amazonas, Wilson Lima \(não comparecimento do governante\)](#)

- [11/6/2021 – Audiência Pública Interativa com os especialistas Nathália Pasternak, microbiologista e pesquisadora da Universidade de São Paulo \(USP\), e Cláudio Maierovitch, médico sanitarista da Fundação Oswaldo Cruz \(Fiocruz\) e ex-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária \(Anvisa\).](#)
- [15/6/2021 – Oitiva do ex-Secretário de Saúde do Amazonas Marcellus Campelo](#)
- [16/6/2021 – Oitiva do ex-Governador do Rio de Janeiro Wilson Witzel](#)
- [17/6/2021 – Oitiva de Carlos Wizard Martins \(não comparecimento\) e do auditor do Tribunal de Contas da União \(TCU\) Alexandre Figueredo Costa Silva Marques \(oitiva adiada\)](#)
- [18/6/2021 – Audiência Pública Interativa com o médico infectologista Ricardo Dimas Zimmerman e com o médico Francisco Eduardo Cardoso Alves](#)
- [22/6/2021 – Oitiva de Osmar Terra](#)
- [24/6/2021 – Debate com a Diretora-Executiva da Anistia Internacional e Coordenadora do Movimento Alerta, Jurema Werneck, e com o epidemiologista Pedro Hallal](#)
- [25/6/2021 – Oitiva do Deputado Federal Luís Miranda \(DEM-DF\) e seu irmão, Luís Ricardo Miranda, Chefe da Divisão de Importação do Ministério da Saúde](#)
- [29/6/2021 – Oitiva do Deputado Estadual do Estado do Amazonas Fausto Vieira dos Santos Junior](#)
- [30/6/2021 – Oitiva de Carlos Wizard Martins \(oitiva remarçada após o não comparecimento do empresário, no dia 17 de junho de 2020\)](#)
- [1º/7/2021 – Oitiva do Representante da Empresa Davati Medical Supply Luiz Paulo Domingueti Pereira](#)
- [6/7/2021 – Oitiva da servidora do Ministério da Saúde Regina Célia Silva Oliveira](#)
- [7/7/2021 – Oitiva do ex-Diretor de Logística do Ministério da Saúde Roberto Ferreira Dias](#)
- [8/7/2021 – Oitiva da ex-Coordenadora-Geral do Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde Franciele Fantinato](#)
- [9/7/2021 – Oitiva do servidor do Ministério da Saúde William Amorim Santana](#)
- [13/7/2021 – Oitiva da Diretora Técnica da Precisa Medicamentos, Emanuela Batista de Souza Medrades](#)
- [14/7/2021 – Oitiva da Diretora Técnica da Precisa Medicamentos, Emanuela Batista de Souza Medrades](#)
- [15/7/2021 – Oitiva de representante da empresa Davati Medical Supply Cristiano Alberto Hossri Carvalho](#)

Para mais informações e consulta aos expedientes enviados e recebidos, planos de trabalho, textos e relatórios atinentes à CPI da Pandemia, acesse o [link](#).

[Plenário do Senado Federal prorrogou CPI da Pandemia por mais 90 dias](#)

Mediante requerimento do Senador Randolfe Rodrigues, o Plenário do Senado Federal prorrogou por mais 90 dias o prazo de validade da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia (CPI da Pandemia). Instalada em 27 de abril de 2021 e com previsão de encerramento, inicialmente, em 25 de julho de 2021, a CPI da Pandemia poderá dar prosseguimento aos trabalhos até o começo de novembro.

Fonte: Senado Federal; Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19

[MPF pede ao STF que defina premissas homogêneas para quebras de sigilo pela CPI da Pandemia](#)

Com o objetivo de resguardar a segurança jurídica e garantir a unidade no tratamento de pedidos relacionados à quebra de sigilo de pessoas ouvidas pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia, o Procurador-Geral da República em exercício, Humberto Jacques de Medeiros, pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) que defina, pelo seu Plenário, critérios objetivos para análises dos casos. Solicitações semelhantes têm chegado de forma recorrente à Suprema Corte e vêm recebendo decisões monocráticas divergentes. Para Jacques de Medeiros, a oscilação interpretativa justifica a necessidade de se definir balizas que assegurem a uniformidade das decisões assegurando o respeito aos direitos dos diversos impetrantes que estão sendo ouvidos pela CPI.

A manifestação – um agravo regimental – foi feita no âmbito de um mandado de segurança apresentado pela ex-Coordenadora-Geral do Programa Nacional de Imunização, Franciele Fontana, contra ato da CPI, que determinou o afastamento de seus sigilos telefônico e telemático. A petição destacou a existência de vários pedidos sobre o mesmo tema com decisões monocráticas tanto deferindo o pedido liminar para impedir a quebra dos sigilos telefônico e telemático, quanto indeferindo a solicitação e, conseqüentemente, mantendo a determinação da comissão instituída pelo Senado Federal.

Íntegra

[Agravo Regimental](#)

Texto com adaptações: Secretaria de Comunicação Social da Procuradoria-Geral da República

[MPF/PA recomendou à Prefeitura de Santarém/PA que dê prioridade à vacinação de comunidades ribeirinhas](#)

O Ministério Público Federal no Pará (MPF/PA) enviou recomendação à Prefeitura de Santarém, no oeste do Pará, recomendando que sejam adotadas as providências necessárias para efetivar a vacinação de maneira prioritária dos moradores de comunidades ribeirinhas. Consoante os dados públicos de vacinação, o município não está vacinando contra a Covid-19 essas pessoas, muitas vezes localizadas em áreas distantes do centro urbano da cidade.

De acordo com o Programa Nacional de Imunizações (PNI), as populações ribeirinhas são consideradas

como grupo de elevada vulnerabilidade social e suscetíveis a um maior impacto da pandemia. Por esse motivo, foram incluídas no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 (PNO) como grupo prioritário para a imunização.

Com o avanço da vacinação no município de Santarém para faixas etárias, o MPF/PA verificou que, segundo dados do vacinômetro da Secretaria de Saúde do Pará (Sespa), a prefeitura não vem tratando os ribeirinhos como público prioritário. É possível que eles estejam sendo imunizados conforme as faixas etárias, junto com a população em geral, o que contraria o que está previsto no PNI.

Íntegra

[Recomendação nº 03/2021](#)

Texto com adaptações: Assessoria de Comunicação do Ministério Público no Pará

Em nota, Anvisa esclareceu que não existem estudos conclusivos sobre a administração de terceira dose ou dose de reforço de vacinas contra a Covid-19

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) publicou nota, na última quarta-feira (14), para esclarecer que não existem estudos conclusivos que recomendem a administração de terceira dose ou dose de reforço das vacinas contra a Covid-19 autorizadas no Brasil.

Segundo a autarquia, foram autorizadas, até o momento, duas pesquisas clínicas – conduzidas pela Pfizer/BioNTech e pela AstraZeneca – que objetivam investigar os efeitos de dose adicional das vacinas desenvolvidas pelas farmacêuticas: "o primeiro é um estudo da Pfizer/BioNTech que investiga os efeitos, a segurança e o benefício de uma dose de reforço da sua vacina, a Comirnaty. Neste estudo, a dose de reforço da vacina da Pfizer será aplicada em pessoas que tomaram as duas doses completas da vacina há pelo menos seis meses (...) O segundo caso é o do laboratório AstraZeneca, que desenvolveu uma segunda versão da vacina que está em uso no país, buscando a imunização contra a variante B.1.351 do Sars-CoV-2, identificada primeiro na África do Sul. Um dos braços do estudo prevê que uma dose da nova versão da vacina (AZD 2816) será aplicada em pessoas que foram vacinadas com duas doses da versão atual da AstraZeneca (AZD1222) ou duas doses de uma vacina de RNA mensageiro (RNAm) contra Covid-19. Nesse caso, o estudo prevê que essa dose adicional será aplicada em pessoas cujo exame e monitoramento não identificam a produção de anticorpos capazes de atuar contra o novo coronavírus", explicou a Anvisa.

Fonte: Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Operação Busdoor: CGU e PF investigam fraude em contratações de empresas para realização de campanhas publicitárias de combate à Covid-19 no Acre

A Controladoria-Geral da União (CGU), em parceria com a Polícia Federal (PF), deflagrou na quarta-feira (14) a Operação Busdoor. A ação apura a ocorrência de fraude em contratação promovida pela

Secretaria de Estado da Saúde do Acre (Sesacre) para a realização de campanhas publicitárias voltadas ao enfrentamento da Covid-19.

Segundo a CGU, as investigações constataram indícios de restrição à competitividade, favorecimento, direcionamento e sobrepreço em licitação que resultou na contratação de serviços de impressão e divulgação de outdoor e busdoor, ao custo de R\$ 2.470.000,00.

Fonte: Controladoria-Geral da União

Publicada lei que concede estímulo tributário para a comercialização de oxigênio medicinal

Foi publicada, na quinta-feira (14), a [Lei nº 14.184, de 14 de julho de 2021](#) que oferece estímulo tributário para a comercialização de oxigênio medicinal, insumo amplamente utilizado no enfrentamento da Covid-19. De acordo com a norma, a receita auferida por empresa autorizada a operar nas Zonas de Processamento de Exportação (ZPE), em decorrência da comercialização de oxigênio medicinal, não será considerada no cálculo do percentual da receita bruta oriunda da exportação, no ano calendário de 2021.

Fonte: Diário Oficial da União

Fiocruz lançou a 11ª edição do informativo Radar Covid-19 Favela

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) lançou, na quarta-feira (14), a [décima primeira edição do informativo “Radar Covid-19 Favela”](#). O material foi produzido no âmbito da Sala de Situação Covid-19 nas favelas do Rio de Janeiro, vinculada ao Observatório Covid-19 da Fiocruz, e tem o objetivo de sistematizar, analisar e veicular informações sobre a situação da saúde nos territórios selecionados, bem como promover a visibilidade das situações de vulnerabilidade e antecipar as iniciativas de enfrentamento da pandemia.

Fiocruz estima que a próxima remessa de IFA para produção da vacina contra a Covid-19 chegará no próximo sábado (17)

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) noticiou a chegada de mais um lote do Ingrediente Farmacêutico Ativo (IFA), no próximo sábado (17), destinado à produção de 10 milhões de doses da vacina AstraZeneca/Oxford/Fiocruz. Segundo a instituição, após a realização das etapas de processamento e controle de qualidade, a nova remessa viabilizará as entregas do mês de agosto ao Programa Nacional de Imunizações (PNI).

Fonte: Fundação Oswaldo Cruz

Estudo do Ipea aborda o impacto econômico provocado pela Covid-19 sob o enfoque do trabalho e da renda

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) publicou, na última quarta-feira (14), o texto "[Pandemia de Covid-19 e famílias: impacto da crise e da renda básica emergencial](#)". A publicação objetiva avaliar como os cenários de contração econômica e consequente queda no emprego impactam as famílias por classe de renda, além de projetar o impacto do auxílio emergencial nas famílias e na economia.

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Segundo dados do Ministério da Saúde, mais de 150 milhões de doses de vacinas contra a Covid-19 foram encaminhadas aos Estados e o Distrito Federal

O Ministério da Saúde anunciou, na última quarta-feira (14), que mais de 150 milhões de doses de vacinas contra a Covid-19 foram distribuídas aos Estados e o Distrito Federal. Do total, cerca de 117 milhões de doses já foram aplicadas, alcançando 54% dos cidadãos residentes no Brasil.

Segundo o órgão, mais de 600 milhões de doses foram contratadas e serão entregues até o fim do ano. Com esse quantitativo, toda a população vacinável do Brasil, estimada em 160 milhões de pessoas, poderá ser imunizada.

Quantitativo de doses enviadas às Unidades da Federação, por imunizante

- 74,9 milhões de doses da vacina AstraZeneca/Oxford
- 57,2 milhões de doses da vacina CoronaVac/Sinovac
- 16,3 milhões de doses da vacina Comirnaty/Pfizer
 - 4,7 milhões de doses da vacina Janssen

Brasil recebeu, na quarta-feira (14), 800 mil doses da vacina CoronaVac/Sinovac e mais 924 mil doses da Comirnaty/Pfizer

O Ministério da Saúde informou, na quarta-feira (14), o recebimento de [800 mil doses da vacina CoronaVac/Sinovac](#), entregues pelo Instituto Butantan, e [924 mil doses do imunizante Comirnaty](#), encaminhados pela farmacêutica Pfizer/BioNTech.

Covax Facility - Além das vacinas encaminhadas pelo Instituto Butantan e pela empresa Pfizer/BioNTech, o Brasil receberá, na quinta-feira (15), mais 1 milhão de doses da vacina AstraZeneca/Oxford oriundas do consórcio de vacinas Covax Facility. De acordo com o Ministério da Saúde, nas próximas semanas é prevista a chegada de mais 3 milhões de doses, por meio do contrato firmado com a aliança global, que prevê, até o final de 2021, a entrega de 42,5 milhões de doses de vacinas contra a Covid-19.

Campanha de vacinação contra a Covid-19: Ministério da Saúde iniciou a distribuição de mais de 4 milhões de doses da vacina AstraZeneca/Oxford

Nesta semana, o Ministério da Saúde deu início à distribuição de mais de 4 milhões de doses da vacina

AstraZeneca/Oxford para as Unidades da Federação. A 30ª pauta de distribuição, descrita no [28º Informe Técnico](#), destina-se à 1ª dose dos seguintes públicos-alvo: 50% da população de fronteira; 46,6% de pessoas na faixa etária entre 55 e 59 anos; bancários; e trabalhadores dos Correios.

Segundo a pasta da Saúde, os brasileiros que moram em área de fronteira foram incluídos no grupo de prioridades para vacinação contra a Covid-19, a fim de reforçar a proteção nessas localidades e conter o avanço de possíveis variantes do vírus Sars-Cov-2, causador da Covid-19.

Além dos imunizantes, o órgão inseriu na pauta de distribuição, 628.900 mil seringas 1ml/agulha 22g e 4.744.600 seringas 3ml/agulha 22g.

Situação epidemiológica do novo coronavírus no Brasil

Dados extraídos do Painel Coronavírus, atualizados em 14 de julho de 2021, informam que o Brasil registra 19.209.729 casos de infecção pelo novo coronavírus e 537.394 óbitos decorrentes da doença.

Fonte: Ministério da Saúde

Diário Oficial da União

Visando a dar publicidade às normas relativas ao enfrentamento do novo coronavírus, confira abaixo alguns atos publicados sobre o tema:

[Acórdão nº 377-ANTAQ, de 13 de julho de 2021](#) - orientação acerca das cláusulas contratuais de obras da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) que foram descumpridas, postergadas ou atrasadas em decorrência de decretos de lockdown locais.

[Extrato de Dispensa de Licitação nº 147/2021 \(UASG 245445\)](#) - Processo: 25386001158202183. Objeto: serviço especializado para operacionalização logística de transporte de vacinas da Covid-19 e insumos correlatos e de interesse do Ministério da Saúde, no modal rodoviário. Total de itens licitados: 1. Fundamento legal: art. 24º, inciso IV da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.

[Extrato de Parecer Técnico nº 7.563/2021](#) - Processo SEI nº: 01245.011110/2021-20 Assunto: solicitação de parecer para extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança para inclusão de áreas com nível de biossegurança NB-1 para execução de estudo clínico com Organismo Geneticamente Modificado. Decisão: deferimento ad referendum da 243ª Reunião Ordinária da CTNBio. A CTNBio, após apreciação do pedido de Parecer para extensão do Certificado de Qualidade de Biossegurança para áreas com nível de Biossegurança NB-1 da instituição, concluiu pelo deferimento do "ENSAIO CLÍNICO DE FASE I/II, NCV-01-IB, DA VACINA PROFILÁTICA COVID-19: HXP-S-SARS-CoV-

2".

[Portaria MC nº 645, de 14 de julho de 2021](#) - dispõe sobre a alteração da [Portaria nº 627, de 15 de abril de 2021](#), referente ao calendário de pagamentos e saques do auxílio emergencial 2021, instituído pela [Medida Provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021](#).

[Portaria GM/MS nº 1.331, de 23 de junho de 2021](#) - desabilita, temporariamente, leitos de Unidade de Terapia Intensiva e autoriza, em caráter excepcional e temporário, leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) para atendimento exclusivo dos pacientes acometidos pela Covid-19. (Republicada por ter saído no DOU nº 117, de 24-6-2021, Seção 1, página 127, com incorreção no original.)

[Portaria GM/MS nº 1.333, de 23 de junho de 2021](#) - desabilita, temporariamente, leitos de Unidade de Terapia Intensiva e autoriza, em caráter excepcional e temporário, leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) para atendimento exclusivo dos pacientes acometidos pela Covid-19. (Republicada por ter saído no DOU nº 117, de 24-6-2021, Seção 1, página 128, com incorreção no original.)

[Portaria GM/MS nº 1.334, de 23 de junho de 2021](#) - desabilita, temporariamente, leitos de Unidade de Terapia Intensiva e autoriza, em caráter excepcional e temporário, leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) para atendimento exclusivo dos pacientes acometidos pela Covid-19. (Republicada por ter saído no DOU nº 117, de 24-6-2021, Seção 1, página 128, com incorreção no original.)

[Portaria GM/MS nº 1.339, de 23 de junho de 2021](#) - desabilita, temporariamente, leitos de Unidade de Terapia Intensiva e autoriza, em caráter excepcional e temporário, leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) para atendimento exclusivo dos pacientes acometidos pela Covid-19. (Republicada por ter saído no DOU nº 117, de 24-6-2021, Seção 1, página 129, com incorreção no original.)

[Pregão Eletrônico nº 98/2021 \(UASG 250005\)](#) - Processo: 25000058405202109. Objeto: Registro de preços para aquisição de seringas e agulhas (Pregão com base na lei da Covid-19). Total de itens licitados: 8.

[Resolução ANP nº 849, de 14 de julho de 2021](#) - altera a [Resolução ANP nº 812, de 23 de março de 2020](#), que define procedimentos a serem adotados pelos agentes regulados pela ANP, enquanto durarem as medidas temporárias de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (Covid-19) estabelecidas pelos Estados e Municípios da Federação.

[Resolução RDC nº 523, de 8 de julho de 2021](#) – prorroga, até 31 de dezembro de 2021, a vigência da [Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 484, de 19 de março de 2021](#), publicada no Diário Oficial da União nº 53-C, Edição Extra, de 19 de março de 2021, seção 1, págs. 2 a 3, que dispõe sobre procedimentos temporários e extraordinários para a autorização em caráter emergencial, de medicamentos anestésicos, sedativos, bloqueadores neuromusculares e outros medicamentos hospitalares usados para manutenção da vida de pacientes no enfrentamento da emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do novo coronavírus

Fonte: Imprensa Nacional

O Giac permanece à disposição pelo e-mail pgr-gabinetecovid19@mpf.mp.br ou pelo telefone (61) 99173-6539.

Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19

Fontes de informação atinentes ao novo coronavírus

Ministério Público

Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (Giac) -

<http://www.conexao.mp.br/covid19/>

Conselho Nacional do Ministério Público – https://www.cnmp.mp.br/portal/noticias?o=l.start_date&t%5B%5D=&hash=164b143c45a9dec2205c9ab214b89d333b4e3f4e1c9133427d8ae40f9ab65a170276dba0-fe3e6a555d0e9435de7c21bffd36d96db4e2b26b5a4cf7669ab31a68&q=&w1=after&d1=&w2=before&d2=&tags%5B%5D=758&Search=

Conselho Nacional Procuradores-Gerais – <http://mpbrasileiro-coronavirus.com.br/>

Ministério Público do Trabalho – <https://mpt.mp.br/pgt/noticias/dia-do-trabalha-dor-conheca-as-aco-es-adotadas-pelo-mpt-durante-a-pandemia-da-covid-19>

Poder Executivo

Agência Nacional de Aviação Civil – <https://www.anac.gov.br/coronavirus>

Agência Nacional de Energia Elétrica – <https://www.aneel.gov.br/noticias-covid-19>

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – <http://www.anp.gov.br/noticias/5678-comunicado-aco-es-da-anp-em-epoca-de-pandemia>

Agência Nacional de Saúde Suplementar – <http://www.ans.gov.br/aans/noticias-ans/coronavirus-covid-19>

Agência Nacional de Telecomunicações – <https://www.anatel.gov.br/institucional/component/content/article/171-manchete/2541-acoes-do-setor-de-telecomunicacoes-no-combate-ao-coronavirus>

Agência Nacional de Transportes Aquaviários – <http://portal.antaq.gov.br/index.php/importante-coronavirus/>

Agência Nacional de Transportes Terrestres – http://www.antt.gov.br/salaImprensa/noticias/arquivos/2020/03/Confira_as_acoes_da_ANTT_em_face_do_Covid19.html

Agência Nacional de Vigilância Sanitária – <http://portal.anvisa.gov.br/coronavirus>

Banco Central do Brasil – https://www.bcb.gov.br/acesoinformacao/medidasdecombate_covid19

Casa Civil – <https://www.gov.br/casacivil/pt-br> e <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/conteudos-coronavirus/noticias-sobre-comunicacao-social>

Casa Civil (Atos Normativos) - <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1MK0syn9T2AbKfzQpchzqRqAEcy6zXAnK5IxO-qALAT4/edit?usp=sharing> e http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/quadro_portaria.htm

Conselho Administrativo de Defesa Econômica – <http://www.cade.gov.br/coronavirus>

Conselho Nacional de Secretarias Municipais – <https://www.conasems.org.br/covid-19/>

Conselho Nacional de Secretários de Saúde – <http://www.conass.org.br/coronavirus/>

Controladoria-Geral da União – <https://www.gov.br/cgu/pt-br/coronavirus>

Fundo Nacional de Saúde - <https://portal.fns.saude.gov.br/orientacoes-tecnicas/2489-publicada-portaria-que-regulamenta-aplicacao-dos-recursos-de-emendas-parlamentares-preferencialmente-para-o-enfrentamento-ao-coronavirus-covid-19>

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – <https://www.ipea.gov.br/coronavirus/>

Instituto Nacional de Propriedade Industrial – <http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/patente/tecnologias-para-covid-19/ESTUDOS>

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – <https://www4.inmetro.gov.br/coronavirus>

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/mapacontra-coronavirus>

Ministério da Cidadania – <http://desenvolvimentosocial.gov.br/covid-19> e <http://blog.mds.gov.br/redesuas/>

Ministério da Defesa – <https://operacaocovid19.defesa.gov.br/>

Ministério da Economia - <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/covid-19/timeline>

Ministério da Educação - http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=86791

Ministério da Justiça - <https://www.novo.justica.gov.br/news/coronavirus-confira-as-medidas-adotadas-pelo-ministerio-da-justica-e-seguranca-publica>

Ministério de Minas e Energia – <http://www.mme.gov.br/web/guest/covid-19>

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/covid-19>

Ministério das Relações Exteriores – <http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/alertas/covid-19-assistencia-a-brasileiros>

Ministério da Saúde – <https://coronavirus.saude.gov.br/>
Ministério da Saúde (Saúde Indígena) - <https://www.saude.gov.br/saude-indigena/>
Ministério do Turismo – <http://www.turismo.gov.br/coronavirus.html>
Planalto – <https://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-covid-19>

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça – <https://www.cnj.jus.br/coronavirus/>
Superior Tribunal de Justiça - <http://www.stj.jus.br/sites/portallp/Paginas/STJ-no-Combate-ao-Coronavirus.aspx>
Supremo Tribunal Federal – https://transparencia.stf.jus.br/extensions/app_processo_covid19/index.html

Poder Legislativo

Câmara dos Deputados – <https://www.camara.leg.br/temas/coronavirus>
Senado Federal – <https://www.senado.leg.br/senado/hotsites/covid/>

Demais instituições

Associação Médica Brasileira – <https://amb.org.br/coronavirus/>
Confederação Nacional de Municípios – <https://www.cnm.org.br/cries/principal/coronavirus/todos/1>
Conselho Federal de Farmácia – <http://covid19.cff.org.br/>
Conselho Federal de Medicina – <http://portal.cfm.org.br/>
Conselho Nacional de Saúde – <http://conselho.saude.gov.br/>
Conselho Nacional de Secretarias Municipais – <https://www.conasems.org.br/covid-19/>
Conselho Nacional de Secretários de Saúde – <http://www.conass.org.br/coronavirus/>
Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – <https://www.enfam.jus.br/portal-covid19/repositorio/>
Fundação Oswaldo Cruz – <https://portal.fiocruz.br/coronavirus>, <https://covid-19.procc.fiocruz.br/> e <https://unidos.fiocruz.br/>
Organização Mundial de Saúde - <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>
Organização Pan-Americana de Saúde – <https://www.paho.org/bra/> e https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875
Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) - <http://www.oecd.org/coronavirus/en/>
Rede Covida – <https://covid19br.org/>
Tribunal de Contas da União – <https://portal.tcu.gov.br/coopera/>